

# 1964: inflação x desenvolvimento

CRISTINA ALVES

Na próxima quinta-feira, o movimento de 1964, que depôs o presidente João Goulart, completa 30 anos. Com o país hoje mergulhado numa inflação de 40% ao mês, diante de uma crise entre os Poderes e de um momento crucial de sua história econômica, que balanço é possível fazer daquele movimento que definitivamente transformou a cara do Brasil?

A inflação, que era de 91,9% no ano de 1964, recuou para 34,5% no ano seguinte, bateu os 223,8% em 1984 e fechou o ano passado em mais de 2.700%. O Produto Interno Bruto (PIB) mais do que triplicou de 1964 a 84, e de lá para cá cresceu mais um quarto. A dívida externa, que era de

US\$ 3 bilhões, chegou a US\$ 91 bilhões em 1984, em valores da época. Descontada a inflação americana — que faz com que os US\$ 3 bi passem para US\$ 14 bi — a dívida externa cresceu nove vezes em 20 anos. De 84 para cá, a dívida encolheu 22%. Os dados são do Banco Central e da Fundação Getúlio Vargas.

Alguns dos mais importantes capitães da economia brasileira naquele período, como os ex-ministros Roberto Campos e Reis Velloso, apontam erros e acertos das diferentes estratégias adotadas durante as duas décadas em que os militares estiveram no poder. Entre os erros, o endividamento externo excessivo e o gigantismo de alguns projetos (como a Ferrovia do Aço e o

programa nuclear) são quase uma unanimidade, tanto para os técnicos que estiveram no Governo como para aqueles que eram da oposição. Entre os acertos, despontam a inegável modernização do país com as reformas do mercado financeiro e de capitais, a ampliação da capacidade de produção e o crescimento da indústria nacional.

Mas é impossível falar deste período como algo homogêneo do ponto-de-vista econômico. Em pouco mais de 20 anos, o país atravessou quatro fases distintas, passando das reformas iniciais de Bulhões e Campos (1964-67) à euforia do "milagre" (1967-74) e, mais tarde, do aperto com a crise do petróleo (1974-78) ao ajuste que antecedeu a transição para o governo civil (1979-84).

A economia não foi o fator decisivo que detonou a crise em 64, mas certamente o assunto ganhou cada vez mais destaque com o passar dos anos. O ex-ministro Roberto Campos, 76 anos, que ocupou a pasta do Planejamento no Governo Castelo Branco, é taxativo ao afirmar hoje que o movimento de 64 nasceu com ideário negativo, pretendendo abortar a corrupção e a subversão no país, num cenário internacional da Guerra Fria e de antagonismo entre os Estados Unidos e a União Soviética — com a recente crise dos mísseis em Cuba, em 1962, e o avanço da tecnologia soviética de mísseis e satélites.

— Havia projeções de que a União Soviética, como potência, ultrapassaria os EUA nos

anos 80 — lembra o ex-ministro da Fazenda Mario Henrique Simonsen, para depois emendar que um dos fatores decisivos que detonaram a crise brasileira foi o fato de Jango ter subvertido a hierarquia dos quartéis, realizando reuniões com militares subalternos.

O ex-ministro do Planejamento do governo João Goulart, Celso Furtado, 73 anos, outro protagonista desta história, vive hoje em Paris. Procurado pelo GLOBO, ele argumenta que prefere não falar mais sobre o que ocorreu em 64.

— Escrevi dez livros sobre o assunto e hoje não tenho o que acrescentar sobre isso — argumenta Furtado, que hoje

é membro da Comissão Mundial da Unesco.

A economista Maria da Conceição Tavares, que era assistente do ministro Bulhões e uma das opositoras ao regime militar, elogia as reformas da fase inicial do movimento, mas critica o fracasso nas políticas sociais — entre elas educação de base, previdência social e reforma agrária. Já o economista José Serra, deputado pelo PSDB de São Paulo e que era presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 64, acha que o regime militar deu prosseguimento ao projeto de desenvolvimento que vinha sendo traçado para o país desde a época de Juscelino. A diferença, segundo ele, foi a maior intervenção do Estado no mercado de trabalho.

## As fases da economia

■ **AS REFORMAS (1964-67)** — Com os ministros Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos é lançado o Paeg (Plano de Ação Econômica Governamental). É criado o Banco Central, o FGTS, o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH); a Lei da Reforma Bancária do mercado de capitais, reforma fiscal e sistema de crediário. É formulado o Estatuto da Terra, criada a correção monetária e a ORTN (título público federal). A inflação, que estava em 91% em 64, caiu para 24% em 1967.

■ **O MILAGRE (1967-74)** — O PIB cresce até 14% em 1973, e começa a onda de consumo da classe média. Em sete anos, o PIB dobra. A inflação chega a 34% em 74. O petróleo está por US\$ 1,50 o barril. Neste período, a dívida externa quase quadruplica. As exportações aumentam três vezes e meia. Na Fazenda, o comando é de Delfim Netto. É criada a Transamazônica e Itaipu Binacional.

■ **A CRISE (1974-78)** — Primeira crise do petróleo, em outubro de 73: o preço do barril passa de US\$ 2 para US\$ 10. O país importava 90% do petróleo que consumia (hoje são 40%). Aumentam



Roberto Campos (direita) e seu mestre, Eugênio Gudin, em 80

os gastos com as importações de petróleo e, em 74, o déficit comercial alcança US\$ 6 bilhões. O país continua crescendo, mas em doses menores: o PIB sobe 5% ao ano. Em 77, o déficit comercial cai para US\$ 1 bilhão. Neste fase, é lançado o II Programa Nacional de Desenvolvimento (PND). Simonsen é ministro da Fazenda e Reis Velloso, do Planejamento.

■ **O AJUSTE (79-84)** — Segunda crise do petróleo. O preço do barril sobe de US\$ 12 para US\$ 36. Sob a inflação americana e

aumentam as taxas de juros internacionais, que chegam a 20% ao ano. Crise da dívida externa leva vários países à moratória. Queda do PIB de 4,5% em 1981 e de 3,4% em 1983. Em 1980, a correção monetária passa a ser prefixada. A inflação sai de 77% para 223% ao ano. Começa a abertura política; em 81, o saldo comercial volta a ser positivo, chegando a um superávit de US\$ 12 bilhões em 84. O FMI fecha acordo com o país em 83. O déficit cai de 7% para 1,6% do PIB. Galvêas na é ministro da Fazenda e Delfim, do Planejamento.